



PREFEITURA DE
DIADEMA
TRABALHANDO POR DIADEMA

SECRETARIA DE FINANÇAS

AUDIÊNCIA **PÚBLICA DE FINANÇAS**



PREFEITURA DE
DIADEMA
TRABALHANDO POR DIADEMA

2026

SECRETARIA DE FINANÇAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação das Metas Fiscais – LRF

2º Quadrimestre 2026

30 de Setembro de 2026

O ART.9 § 4º DA LRF - DEFINE OS PRAZOS PARA QUE OCORRA A AUDIÊNCIA

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Ministro ou Secretário de Estado da Fazenda demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e a trajetória da dívida, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou conjunta com as comissões temáticas do Congresso Nacional ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000



PREFEITURA DE
DIADEMA
TRABALHANDO POR DIADEMA

2º Quadrimestre 2026

CENÁRIO ECONÔMICO

Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



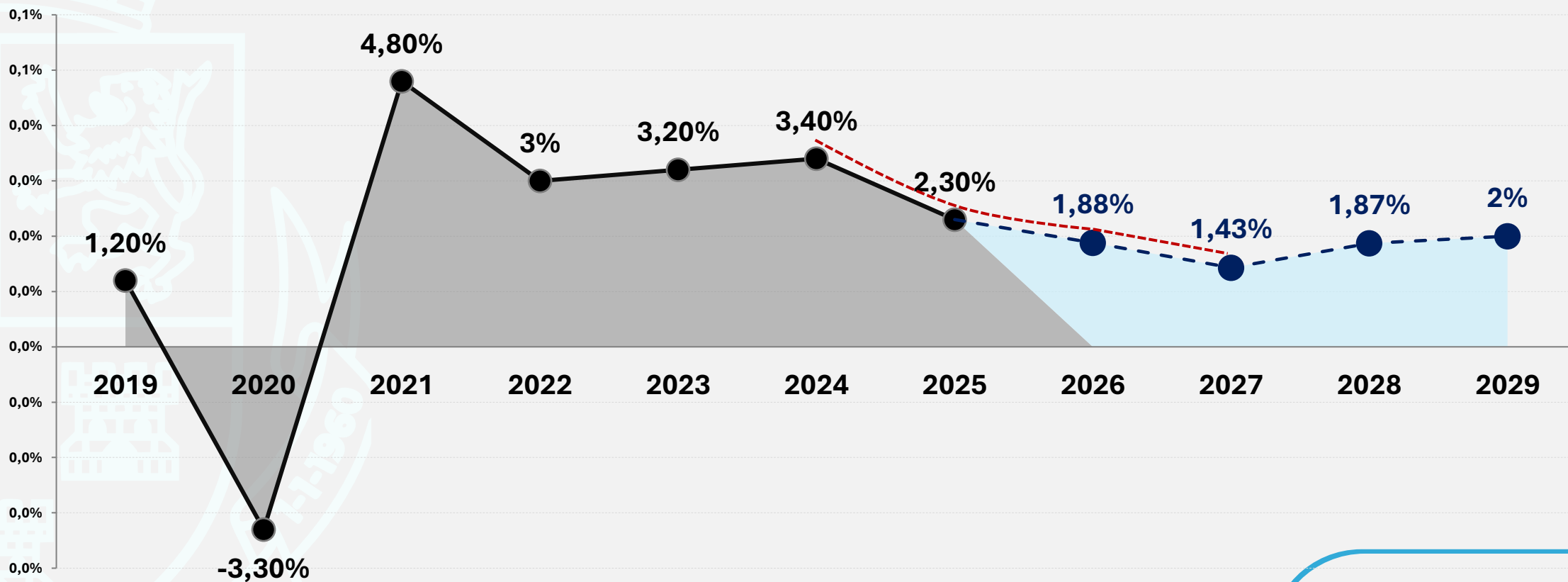
Mediana - Agregado	2026							2027							2028					2029				
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **
IPCA (variação %)	5,02	4,90	4,92	▲ (1)	146	4,97	91	4,25	4,30	4,30	= (1)	146	4,35	91	3,80	3,80	3,80	= (8)	118	3,50	3,50	3,50	= (55)	111
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,95	1,89	1,88	▼ (2)	111	1,85	45	1,50	1,45	1,43	▼ (2)	110	1,36	45	1,98	1,87	1,87	= (1)	83	2,00	2,00	2,00	= (79)	77
Câmbio (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	= (14)	115	5,16	58	5,30	5,28	5,28	= (1)	115	5,27	58	5,30	5,30	5,30	= (9)	86	5,36	5,36	5,36	= (1)	81
Selic (% a.a)	13,75	13,75	13,50	▼ (1)	140	13,50	77	12,00	12,00	12,00	= (14)	139	12,00	76	10,50	10,50	10,50	= (12)	116	10,00	10,00	10,00	= (20)	109

* COMPORTAMENTO SEMANAL INDICA O NÚMERO DE SEMANAS EM QUE A TENDÊNCIA TEM SE VERIFICADO



VARIAÇÃO % DO PIB (SOBRE ANO ANTERIOR)

—●— PIB REALIZADO ● PIB PROJETADO (FOCUS/BCB)



2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



g1

ECONOMIA

PIB tem 'desaceleração importante' e consumo das famílias liga novo alerta, dizem economistas

Consumo das famílias caiu 0,4% e indústria de transformação perdeu força, enquanto setores ligados a commodities sustentaram parte do crescimento. Economistas veem efeitos dos juros altos e um avanço menos espalhado pela economia.

Por **Ismael Jales**, g1 — São Paulo

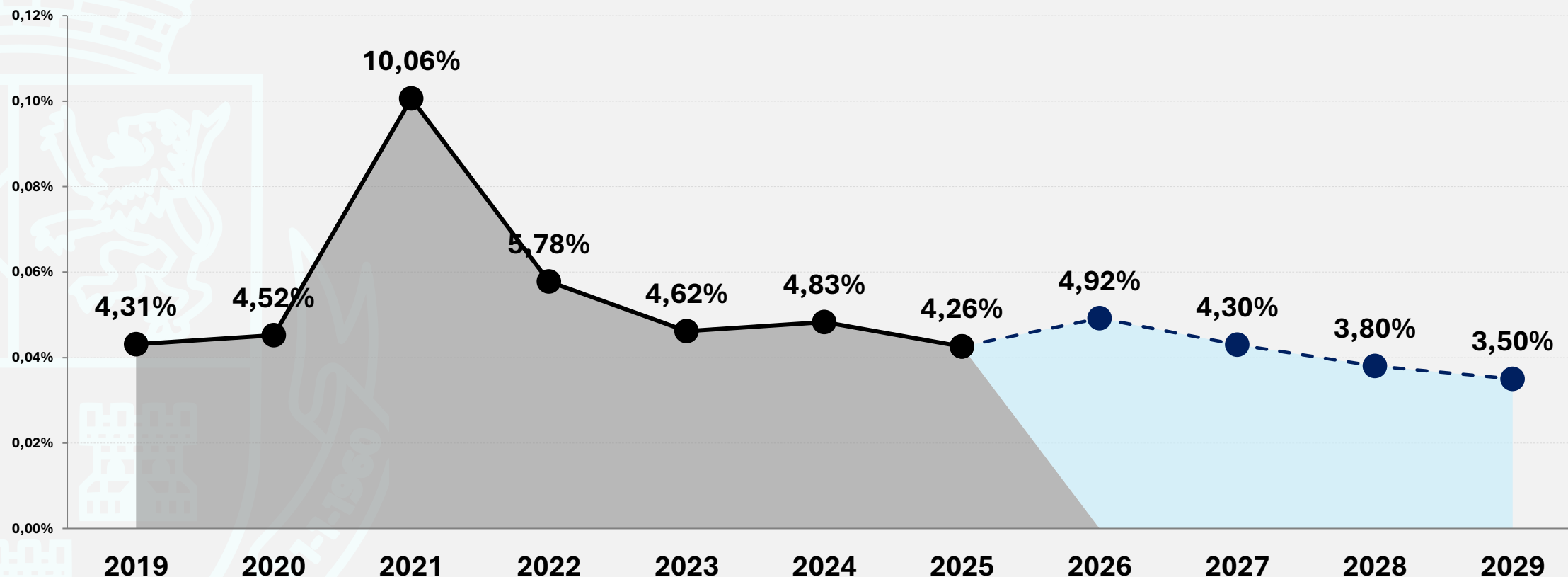
01/09/2026 10h27 · Atualizado há 3 semanas



CENÁRIO MACROECONÔMICO – EVOLUÇÃO DO IPCA

IPCA – VARIAÇÃO % ACUMULADA NO ANO

—●— IPCA Realizado -●- IPCA Projetado (Focus/BCB)



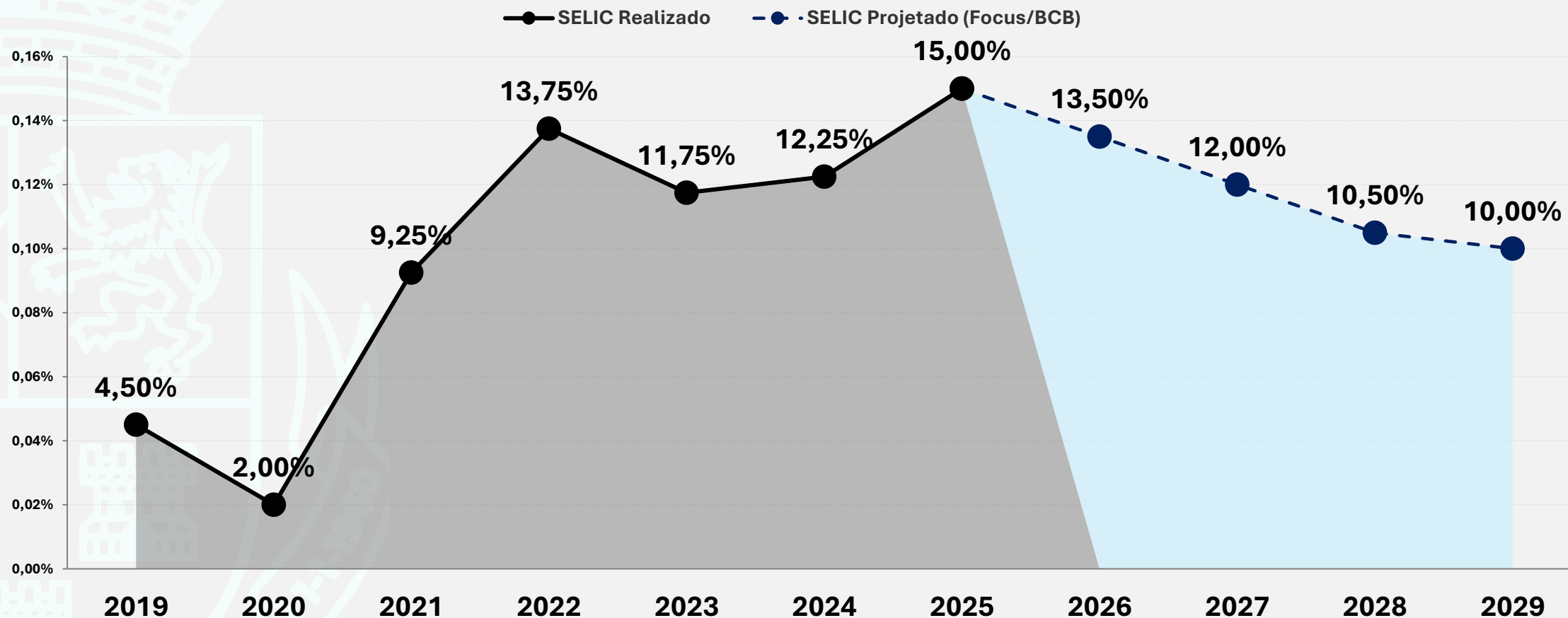
2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



CENÁRIO MACROECONÔMICO – EVOLUÇÃO DA SELIC

SELIC – VARIAÇÃO % ANUAL



2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



veja **Negócios**

ECONOMIA

Mercado reduz projeção de inflação para 4,90% e vê PIB menor em 2026, mostra Focus

Economistas mantiveram as estimativas para a Selic em 13,75% e para o dólar em 5,20 reais, enquanto reduziram a previsão de crescimento da economia para 1,89%

Por **Ligia Moraes** ✓ SEGUIR | 14 set 2026, 08h39 | veja **Negócios**

2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



PREFEITURA DE
DIADEMA
TRABALHANDO POR DIADEMA

2º Quadrimestre 2026

ANEXOS FISCAIS

Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

O RREO é o conjunto de demonstrativos que proporciona amplas informações ao Executivo, Legislativo e à Sociedade sobre a execução orçamentária e sua previsão.

Publicado bimestralmente, o RREO é instrumento essencial de transparência fiscal, permitindo o acompanhamento das receitas e despesas públicas ao longo do exercício.

2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

1

Balanco Orçamentário

Receitas e despesas realizadas

2

Receita Corrente Líquida

Base para cálculo dos limites legais (LRF)

3

Resultado Primário

Diferença entre receitas e despesas primárias

4

Resultado Nominal

Evolução da Dívida Fiscal Líquida

5

Restos a Pagar

Inscrição, pagamento e cancelamento

6

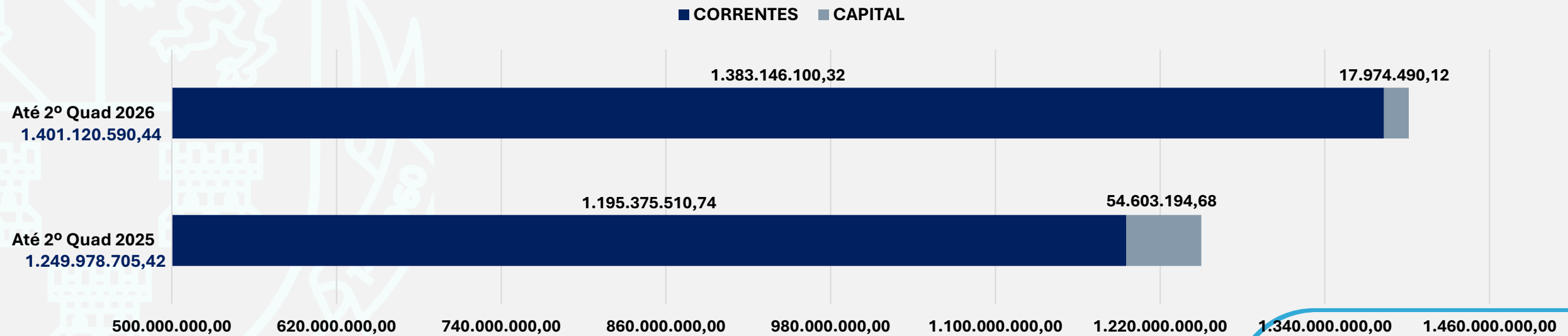
MDE & Saúde

Cumprimento dos limites constitucionais



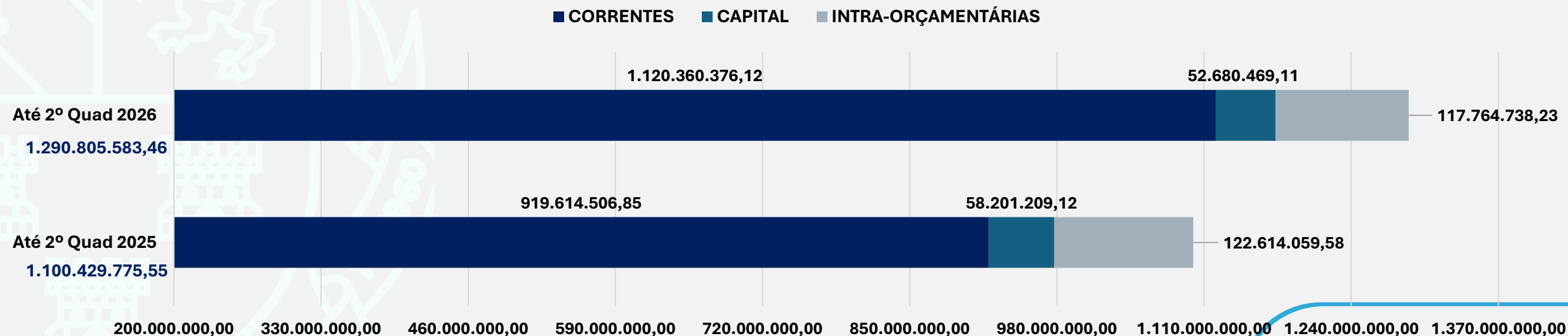
RECEITA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITA – Adm. Direta do Poder Executivo	Até 2º Quad 2025	Até 2º Quad 2026	Diferença R\$	Variação %
Receitas Totais	1.249.978.705,42	1.401.120.590,44	151.141.885,02	12,09%
Correntes	1.195.375.510,74	1.383.146.100,32	187.770.589,58	15,71%
Capital	54.603.194,68	17.974.490,12	-36.628.704,56	-67,08%



DESPESAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DESPESA – Adm. Direta do Poder Executivo	Até 2º Quad 2025	Até 2º Quad 2026	Diferença R\$	Variação %
Total das Despesas Liquidadas	1.100.429.775,55	1.290.805.583,46	190.375.807,91	17,30%
Correntes	919.614.506,85	1.120.360.376,12	200.745.869,27	21,83%
Capital	58.201.209,12	52.680.469,11	-5.520.740,01	-9,49%
Intra-Orçamentárias	122.614.059,58	117.764.738,23	-4.849.321,35	-3,95%



2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

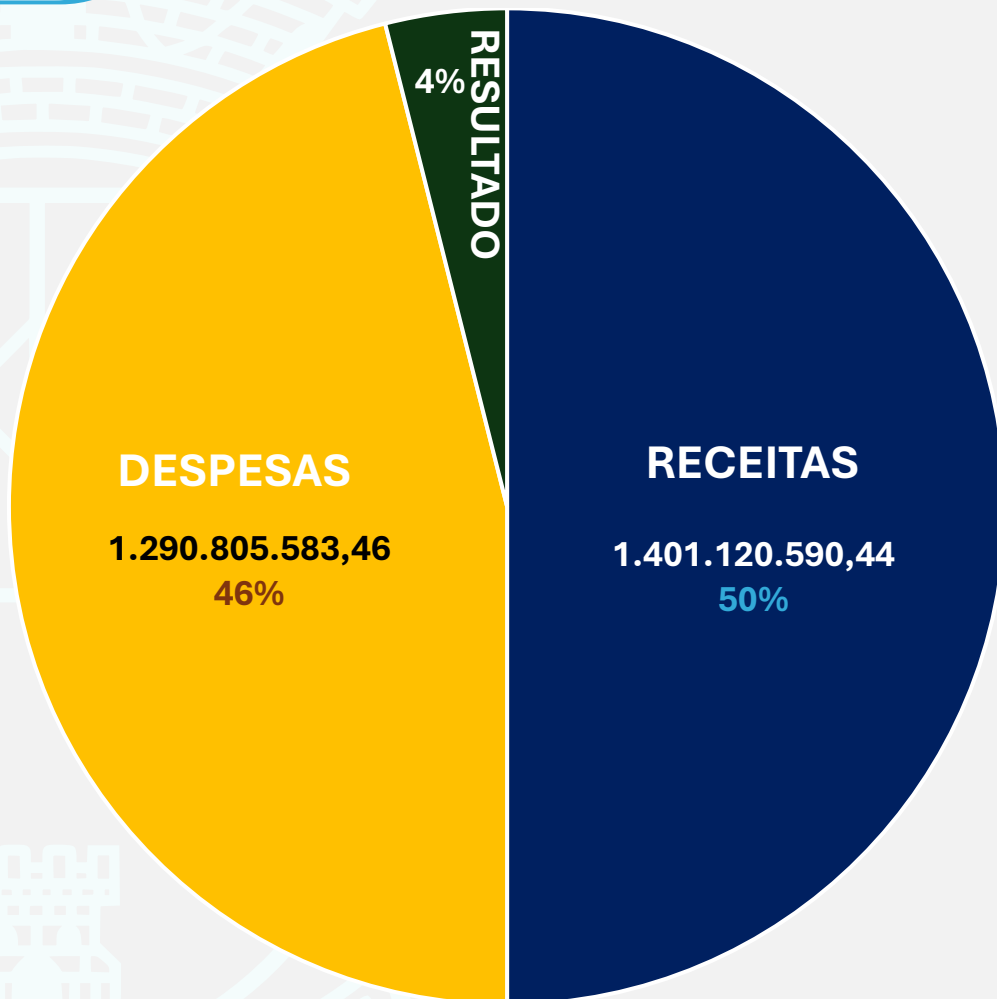
Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320/64, demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Este balanço também está previsto na LRF, de forma bem mais detalhada.

O documento evidencia o resultado orçamentário do exercício, possibilitando a avaliação da gestão fiscal e a verificação do equilíbrio entre receitas e despesas.



BALANÇO ADMINISTRAÇÃO DIRETA



ESPECIFICAÇÕES	R\$
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	1.401.120.590,44
ORÇAMENTÁRIA	1.401.120.590,44
Receitas Correntes	1.383.146.100,32
Receitas de Capital	17.974.490,12
INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
Receitas Correntes	0,00
Receitas Capital	0,00
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS	1.290.805.583,46
ORÇAMENTÁRIA	1.173.040.845,23
Despesas Correntes	1.120.360.376,12
Despesas de Capital	52.680.469,11
INTRA-ORÇAMENTÁRIA	117.764.738,23
Despesas Correntes	88.714.943,89
Despesas de Capital	29.049.794,34
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	110.315.006,98
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	73.628.392,80
Resultado Ajustado	36.686.614,18

2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



Total Enviado – Câmara Municipal

R\$ 40,42 MI

Total Enviado – Fund. Florestan Fernandes

R\$ 5,46 MI

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Total Enviado – IPRED

R\$ 28,6 MI

Total de Recursos enviados – Adm. indireta

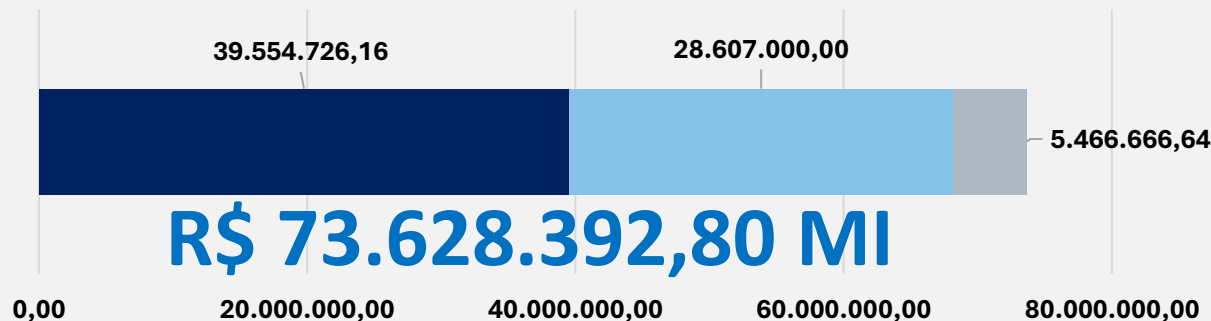
R\$ 73,62 MI

Órgão Recebedor	R\$
CONCEDIDAS	
Câmara Municipal	40.424.670,72
Câmara Municipal (Devoluções)	869.944,56
IPRED	28.607.000,00
Fundação Florestan Fernandes	5.466.666,64
Fundação Florestan Fernandes (Dev.)	0,00
TOTAL	73.628.392,80

■ Câmara Municipal

■ Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema - IPRED

■ Fundação Florestan Fernandes



R\$ 73.628.392,80 MI

2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS



COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO



2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

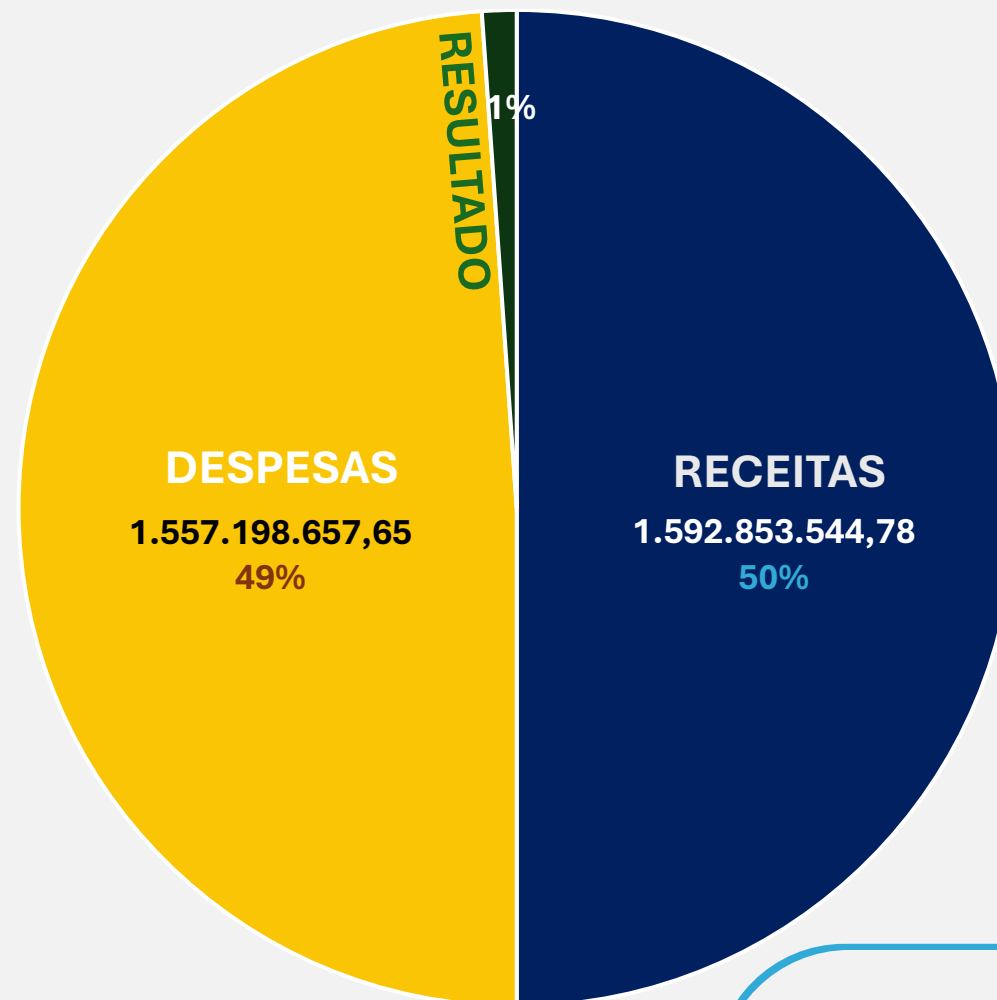


Especificação	R\$
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	1.592.853.544,78
ORÇAMENTÁRIA	1.464.771.985,06
Receitas Correntes	1.446.797.494,94
Receitas de Capital	17.974.490,12
INTRA-ORÇAMENTÁRIA	128.081.559,72
Receitas Correntes	128.081.559,72
Receitas Capital	0,00
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS	1.557.198.657,65
ORÇAMENTÁRIA	1.437.926.529,34
Despesas Correntes	1.385.184.401,23
Despesas de Capital	52.742.128,11
INTRA-ORÇAMENTÁRIA	119.272.128,31
Despesas Correntes	90.222.333,97
Despesas de Capital	29.049.794,34
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	35.654.887,13

2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO



DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL

Este demonstrativo apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL, nos meses em referência, sua evolução nos últimos 12 meses e a previsão de seu desempenho no exercício.

Serve de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por ARO e das garantias do ente da Federação.

A RCL é a principal referência de capacidade financeira do município e base de cálculo para todos os limites prudenciais previstos na LRF.

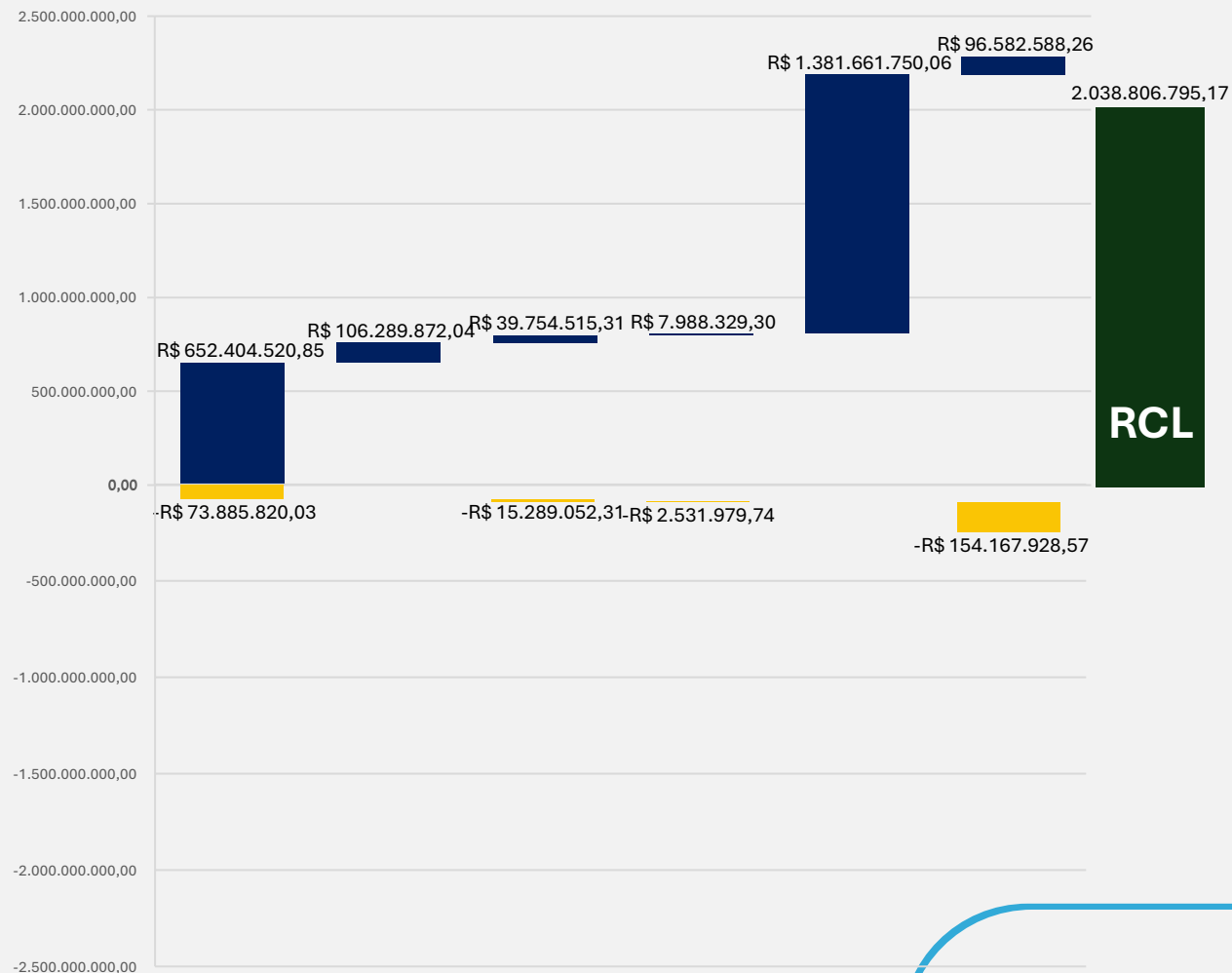


Especificação	R\$
RECEITAS CORRENTES	2.284.681.575,82
Receita Tributária	652.404.520,85
Receita de Contribuições	106.289.872,04
Receita Patrimonial	39.754.515,31
Receita Industrial/Serviços	7.988.329,30
Transferências Correntes	1.381.661.750,06
Outras Receitas Correntes	96.582.588,26
DEDUÇÕES	245.874.780,65
Contrib. Servidor para Previdência	73.885.820,03
Compensação Financ. Regimes Prev.	15.289.052,31
Rendimentos Aplic. Recursos Prev.	2.531.979,74
Dedução Receita p/ FUNDEB	154.167.928,57
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	2.038.806.795,17
(-) Transf. obr. União – emendas indiv.	47.340.003,96
RCL AJUST. LIMITES ENDIVIDAMENTO	1.991.466.791,21
(-) Transf. obr. União – emendas bancada	0,00
(-) Transf. União – agentes comunit.	15.253.212,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00
RCL AJUST. LIMITES DESPESA PESSOAL	1.976.213.579,21

2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO IPRED

Este demonstrativo tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS, que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir.

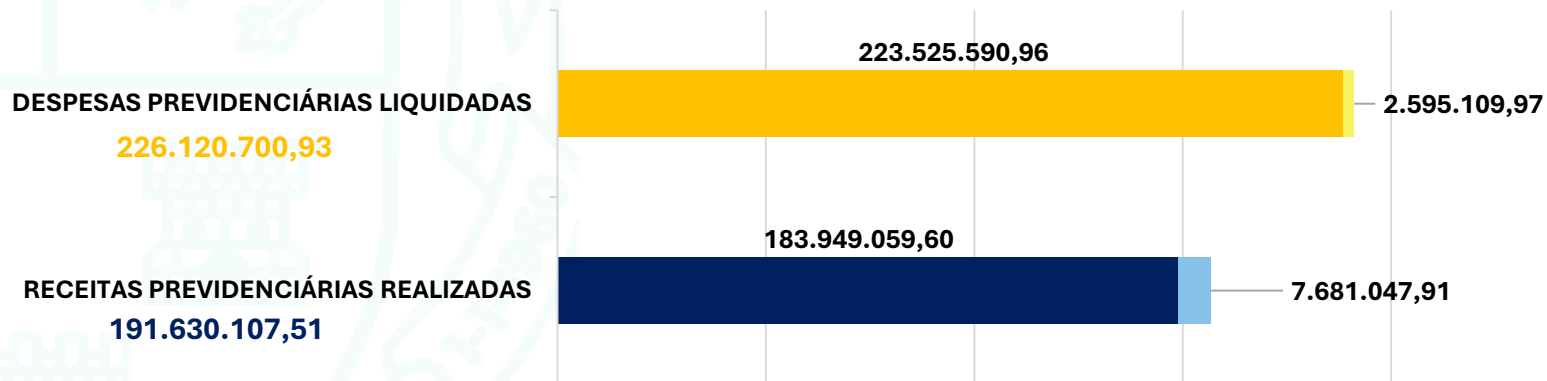
O acompanhamento do RPPS é fundamental para avaliação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência dos servidores públicos municipais, verificando a suficiência das contribuições frente às despesas com benefícios.

O IPRED – Instituto de Previdência de Diadema – é o órgão responsável pela gestão do Plano Previdenciário dos servidores do município.



RECEITAS E DESPESAS IPRED

Especificação	Plano Previdenciário	Plano Financeiro	Admin. – RPPS	TOTAL
Receitas Previdenciárias Realizadas	183.949.059,60	0	7.681.047,91	191.630.107,51
Despesas Previdenciárias Realizadas	223.525.590,96	0	2.595.109,97	226.120.700,93
Resultado Previdenciário	-39.576.531,36	0	5.085.937,94	-34.490.593,42
Aportes Financeiros ao RPPS	0	28.607.000	0	28.607.000,00
Resultado c/ Aportes	-39.576.531,36	28.607.000,00	5.085.937,94	-5.883.593,42



Resultado Previdenciário com aporte

- R\$ 5.88 MI

Receita – Despesas (déficit)

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias. Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

Um resultado primário positivo indica que o município está gerando excedente de caixa suficiente para cobrir parte ou totalidade dos juros da dívida, sinalizando trajetória fiscal sustentável.

São excluídas do cálculo as receitas e despesas de natureza financeira (juros, amortizações e aplicações financeiras), isolando o esforço fiscal corrente.



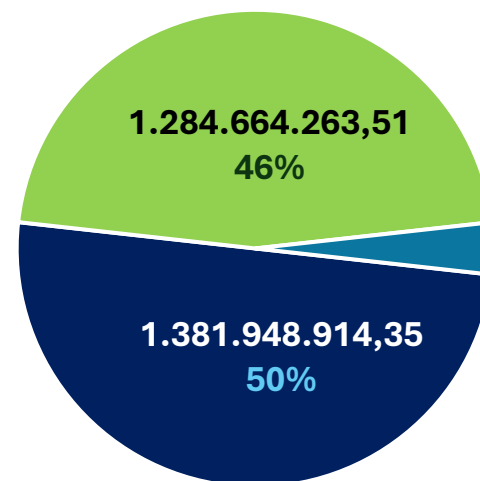
Especificação	R\$
Receita Realizada (exceto RPPS)	1.401.223.437,27
(-) Deduções da Receita	19.274.522,92
Aplicações Financeiras	19.274.522,92
Operações de Crédito	0
Alienação de Bens	0
Amortização de Empréstimos	0
Total Receitas Primárias (exceto RPPS) – A	1.381.948.914,35
Total Receitas Primárias (com RPPS) – B	189.651.061,96
Despesas Pagas (exceto RPPS)	1.338.619.811,36
Do Exercício	1.225.471.214,09
De Restos a Pagar	113.148.597,27
Processados	66.767.937,91
Não Processados	46.380.659,36
(-) Deduções da Despesa	53.955.547,85
Juros e Encargos da Dívida	7.843.294,36
Amortização da Dívida	46.112.253,49
Total Despesas Primárias (exceto RPPS) – C	1.284.664.263,51
Total Despesas Primárias (com RPPS) – D	226.132.148,38
RESULTADO PRIMÁRIO (com RPPS) = A+B-C-D	60.803.564,42
RESULTADO PRIMÁRIO (sem RPPS) = A-C	97.284.650,84

2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

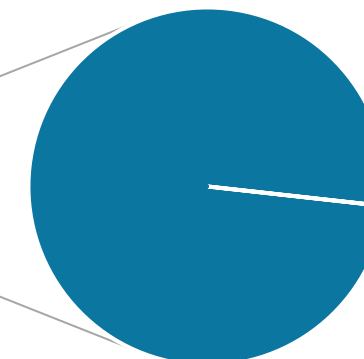
RESULTADO PRIMÁRIO

DESPESAS PAGAS



RECEITAS REALIZADA

RESULTADO PRIMÁRIO



97.284.650,84
4%

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

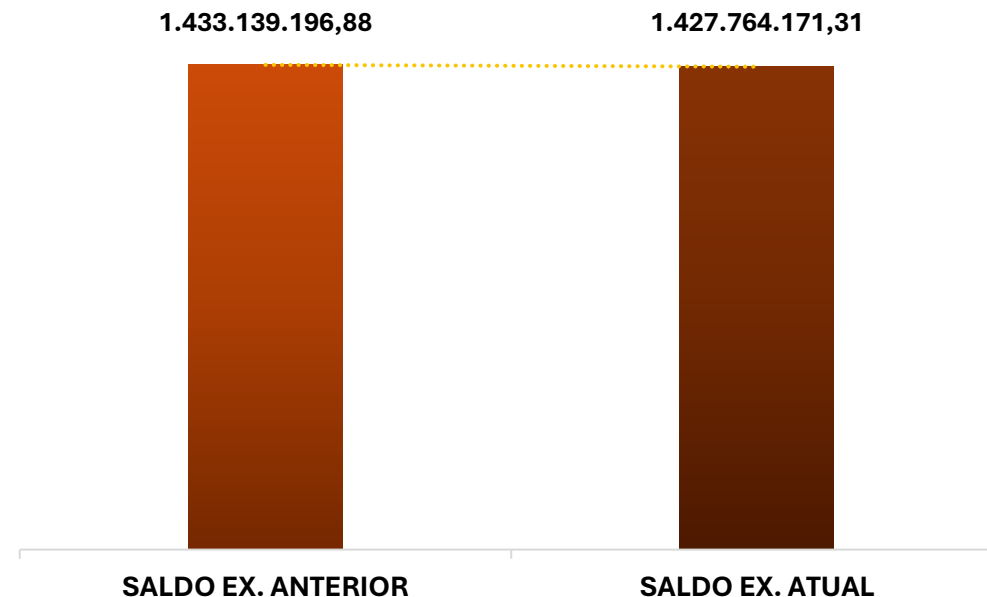
O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. No exercício, representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior.

Um resultado nominal negativo indica aumento da dívida fiscal líquida no período, refletindo crescimento das obrigações do município. Essa métrica captura o efeito conjunto do resultado primário e dos encargos financeiros sobre o estoque de dívida.



RESULTADO NOMINAL – DIVIDA LÍQUIDA

Especificação	Saldo Ex. Anterior	Saldo Ex. Atual
DÍVIDA CONSOLIDADA	1.613.331.243,18	1.712.071.936,89
DEDUÇÕES (II)	180.192.046,30	284.307.765,58
Disponibilidade de Caixa	180.192.046,30	284.307.765,58
Disponib. de Caixa Bruta	293.032.542,72	317.598.677,21
(-) Restos a Pagar Proc. (exceto Prec.)	84.159.007,47	9.162.064,41
(-) Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados	28.681.488,95	24.128.847,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0
Dívida Consolidada Líquida	1.433.139.196,88	1.427.764.171,31
RESULTADO NOMINAL		5.375.025,57



DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Este demonstrativo possibilita o acompanhamento efetivo dos Restos a Pagar por meio da demonstração de valores inscritos, cancelados, pagos e a pagar.

Restos a Pagar são despesas empenhadas mas não pagas até o final do exercício financeiro, podendo ser Processados (já liquidados) ou Não Processados (apenas empenhados, sujeitos à verificação do serviço/fornecimento).

O controle rigoroso dos Restos a Pagar é essencial para evitar acúmulo de obrigações que comprometam o orçamento de exercícios futuros.



RESTOS A PAGAR

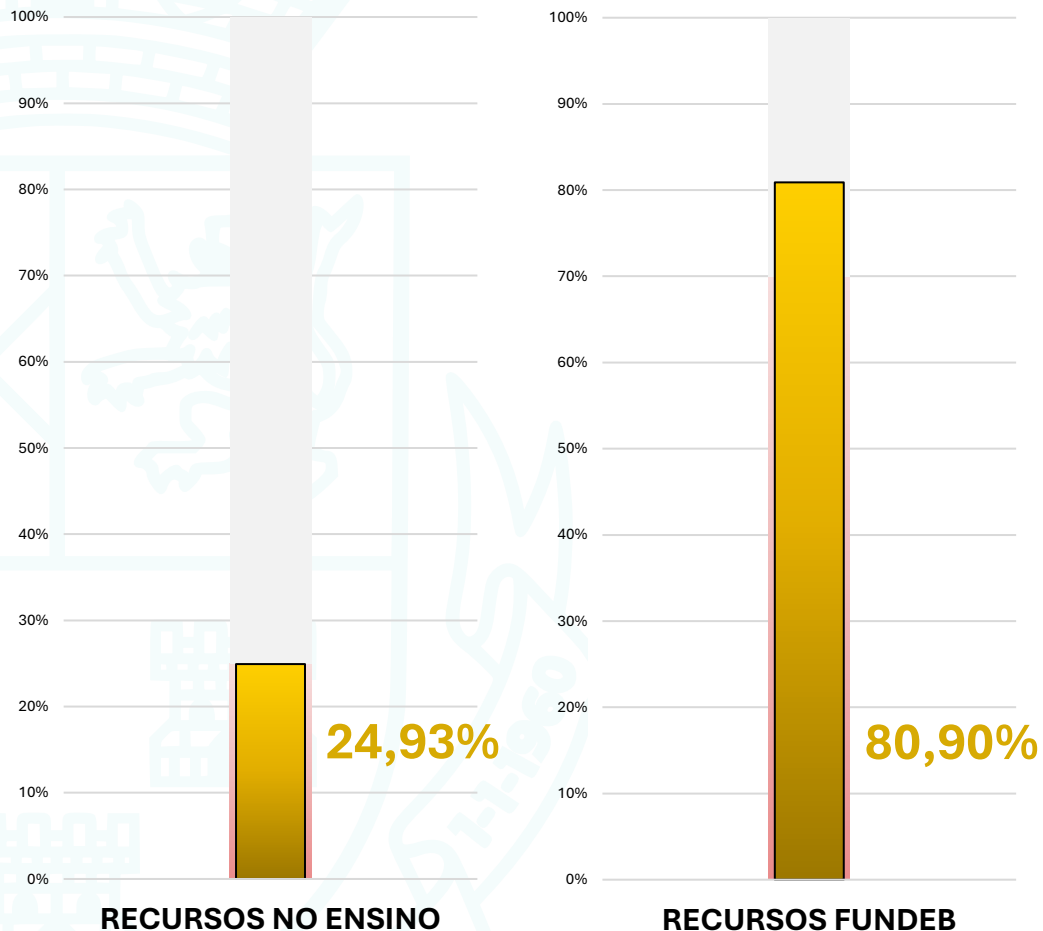
Especificação	Inscrição	Cancelamento	Pagamento	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	84.482.685,82	9.117.810,57	66.852.566,42	8.512.308,83
Poder Executivo	84.069.128,53	9.117.810,57	66.439.009,13	8.512.308,83
Poder Legislativo	413.557,29	0	413.557,29	0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	60.597.956,59	12.767.907,69	46.391.841,13	1.438.207,77
Poder Executivo	57.588.971,20	12.480.615,76	43.670.147,67	1.438.207,77
Poder Legislativo	3.008.985,39	287.291,93	2.721.693,46	0
TOTAL	145.080.642,41	21.885.718,26	113.244.407,55	9.950.516,60
% do Total	100,00%	15,09%	78,06%	6,85%

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

Apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

Os municípios aplicarão anualmente, **nunca menos de 25% da receita resultante de impostos**, compreendida a proveniente de transferências (Art. 212 da Constituição Federal).

Do total de recursos do FUNDEB, no mínimo 70% deve ser destinado à remuneração dos profissionais da educação básica em exercício (Art. 212-A, CF).



2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

RECURSOS NA EDUCAÇÃO

Especificação	R\$
Receita de Impostos e Transferências Const. e Legais	981.693.046,01
TOTAL APLICADO NO ENSINO (Art. 212 CF)	244.781.810,42
% de Recursos aplicados em Educação	24,93%
← ATÉ SETEMBRO FUNDEB	
A1 – Receitas do FUNDEB (exceto VAAR)	184.943.275,09
A2 – Receitas do FUNDEB (VAAR)	0,00
A – TOTAL DA RECEITA FUNDEB	184.943.275,09
B1 – Despesas do FUNDEB (exceto VAAR)	149.616.840,63
B2 – Despesas do FUNDEB (VAAR)	0,00
B3 – Despesas com FUNDEB (Outras)	15.478.856,01
B – TOTAL DA DESPESA FUNDEB (Liquidada)	165.095.696,64
APLICAÇÃO FUNDEB (B/A)	89,27%
C – Despesa FUNDEB – Remuneração Prof. Educação	149.616.840,63
APLIC. Remuneração Profissionais (C/A1)	80,90%
% Mínimo a Aplicar (Art. 212-A CF, inciso XI)	70,00%

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Apresenta a receita de impostos líquida e as transferências de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS.

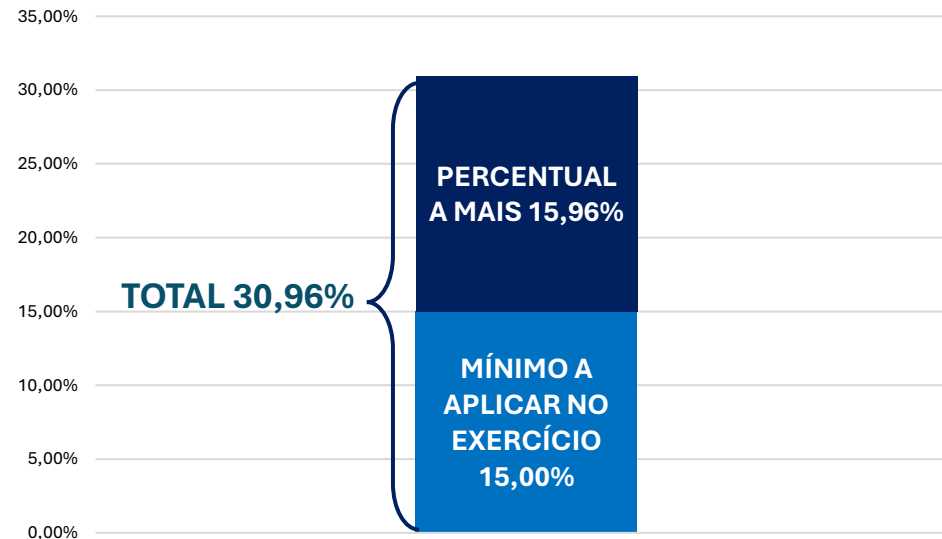
Os limites mínimos estão estabelecidos no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo o disposto no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina como condição para o recebimento de Transferências Voluntárias (convênios) por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e saúde.

O percentual mínimo constitucional para municípios é de 15% da receita resultante de impostos e transferências constitucionais e legais (LC nº 141/2012).



RECURSO NA SAÚDE

Especificação	R\$
Receita de Impostos e Transferências Const. e Legais	975.198.490,78
DESPESA LIQUIDADA – LC 141/2012	301.879.652,71
Despesa mínima com Recursos Próprios – LC 141/2012	146.279.773,62
% Recursos Próprios aplicados em Saúde – LC 141/2012	30,96%
% Mínimo a Aplicar no exercício – LC 141/2012	15,00%



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

O RGF é o instrumento que possibilita assegurar a transparência dos gastos públicos com a observância dos limites fixados pela LRF.

Publicado quadrimestralmente, o RGF consolida os limites aplicáveis à gestão fiscal do município, abrangendo: despesa com pessoal, dívida consolidada líquida e operações de crédito.

O RGF é instrumento de controle preventivo: ao identificar aproximação dos limites legais, permite que o gestor tome medidas corretivas antes de eventual ultrapassagem, preservando a saúde fiscal do município.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens explicitados na LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os limites legais.

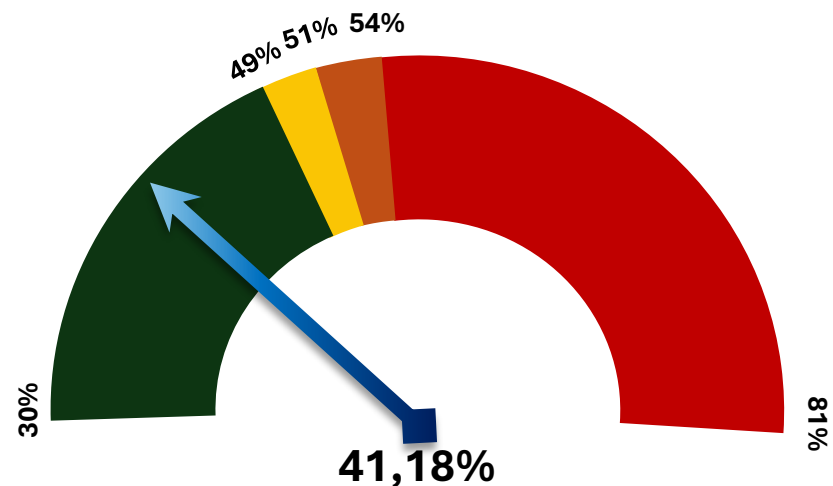
O limite máximo fixado pela LRF para o total da despesa com pessoal do município (Executivo + Legislativo) é de 60% da RCL. Deste total, 54% é o limite do Executivo e 6% do Legislativo.

A LRF prevê ainda o Limite Prudencial (95% do máximo = 51,30%) e o Limite de Alerta (90% do máximo = 48,60%) como gatilhos para adoção de medidas de contenção.



DESPESAS ATUAL COM PESSOAL

Especificação	R\$	% sobre RCL Ajustada
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.038.806.795,17	
(-) Emendas Individuais (art.166-A)	47.340.003,96	
(-) Emendas Bancada + Ag. Comunit. (art.198)	15.253.212,00	
(-) Outras Deduções	0	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	1.976.213.579,21	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	813.798.552,29	41,18%
LIMITE MÁXIMO (art. 20 LRF)	1.067.155.332,77	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22 LRF)	1.013.797.566,12	51,30%
LIMITE DE ALERTA (art. 59 LRF)	960.439.799,50	48,60%

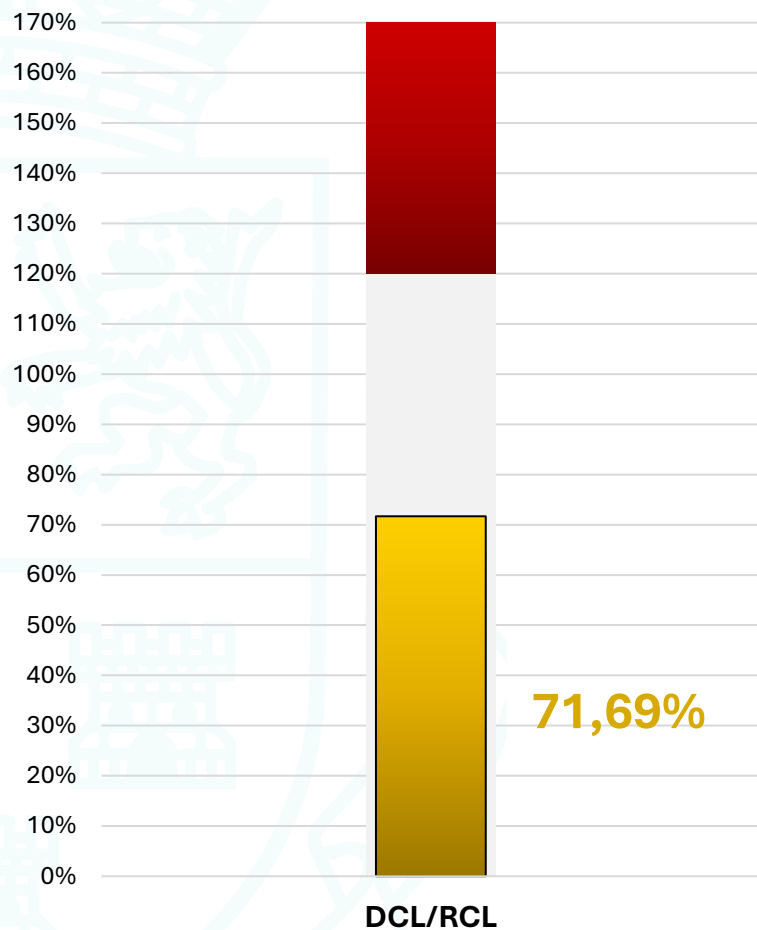


DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL

O detalhamento, a forma e a metodologia de apuração da DCL visam assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) é obtida deduzindo-se da Dívida Consolidada as disponibilidades de caixa e equivalentes e os demais haveres financeiros do ente.

O limite máximo da DCL para municípios é de 120% da RCL, conforme Resolução do Senado Federal nº 40/2001.



2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

DCL ATUAL

Especificação	Saldo Ex. Anterior	Saldo Ex. Atual
DÍVIDA CONSOLIDADA	1.613.331.243,18	1.712.071.936,89
Dívida Mobiliária	0	0
Dívida Contratual	1.459.521.087,59	1.573.854.414,79
Empréstimos	74.640.066,78	229.075.050,98
Financiamentos	83.641.813,18	87.680.603,13
Parcelamento/Renegociação	1.301.239.207,63	1.257.098.760,68
Precatórios ≥ 05/05/2000	153.810.155,59	138.217.522,10
DEDUÇÕES	180.192.046,30	284.307.765,58
Disponibilidade de Caixa bruta	293.032.542,72	317.598.677,21
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	84.159.007,47	9.162.064,41
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	28.681.488,95	24.128.847,22
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	1.433.139.196,88	1.427.764.171,31
RCL	1.850.996.765,27	2.038.806.795,17
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais	20.647.930,28	47.340.003,96
RCL Ajustada (endividamento)	1.830.348.834,99	1.991.466.791,21
% DC sobre RCL Ajustada	88,14%	85,97%
% DCL sobre RCL Ajustada	78,30%	71,69%
LIMITE MÁXIMO (Res. Senado)	2.196.418.601,99	2.389.760.149,45
LIMITE DE ALERTA (108% RCL)	1.976.776.741,79	2.150.784.134,51

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Este demonstrativo visa assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas pelos entes da Federação, discriminando-as em face de sua relevância à luz da legislação aplicável, e verificar os limites de que trata a LRF e as Resoluções do Senado Federal.

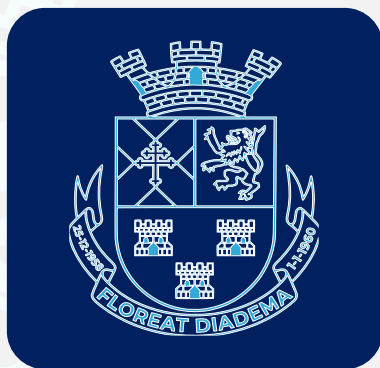
As Operações de Crédito estão sujeitas ao limite geral de 16% da RCL, conforme Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) são limitadas a 7% da RCL e devem ser liquidadas até o dia 10 de dezembro de cada ano.



LIMITE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Especificação	R\$	% sobre RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	2.038.806.795,17	
(-) Emendas Individuais (art.166-A)	47.340.003,96	
(=) RCL AJUSTADA (limites endividamento)	1.991.466.791,21	
Operações Vedadas	0	
Total p/ cumprimento do limite	0	0,00%
Limite geral (Res. Senado – Op. Crédito)	318.634.686,59	16,00%
Limite de Alerta (art. 59 LRF)	286.771.217,93	14,40%
Op. Crédito por ARO	0	0,00%
Limite ARO (Res. Senado)	139.402.675,38	7,00%



PREFEITURA DE

DIADEMA

TRABALHANDO POR DIADEMA

OBRIGADO!